

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO NO BRASIL: AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS COM VISTAS AO SUCESSO DA GESTÃO EDUCACIONAL.

Débora Lúcia Lima Leite Mendes

Universidade Federal do Piauí

deboraleite@ufpi.edu.br

RESUMO

Este artigo caracteriza-se inicialmente como uma pesquisa bibliográfica, que compõe um estudo de caso realizado por ocasião de uma pesquisa de doutorado realizada no período de 2007 a 2011 em Fortaleza-Ceará, Brasil. Buscou apresentar dados coletados a partir de uma revisão histórica acerca da implantação, evolução e desenvolvimento da disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação no Brasil, bem como, a respeito da percepção de 167 (cento e sessenta e sete) estudantes matriculados em 12 (doze) diferentes cursos de licenciatura na Universidade Federal do Ceará quanto à importância das disciplinas da área em estudo para a formação profissional de futuros gestores escolares. A fundamentação teórica perpassa por temáticas como história, avaliação e gestão educacional. Adotou-se a perspectiva de investigação quali-quantitativa, documental e avaliativa, elegendo-se como ferramenta o Estudo de Caso. Os procedimentos foram sistemáticos e a coleta de dados realizada através de questionários aplicados no início e ao final do semestre do ano 2010.1. Apresentam-se conceitos e aspectos legais que conferem legitimidade e fidedignidade aos dados e mostram que o ensino superior não está isento dos problemas de ensino-aprendizagem e que, tanto na teoria quanto na prática, a estrutura, organização e funcionamento das escolas, bem como sua gestão, constituem-se ainda grandes desafios.

Palavras-chave: Estrutura e Funcionamento; Avaliação; Gestão Educacional.

Introdução

Tendo em vista que a reflexão teórica sobre as questões pedagógicas - mais especificamente sobre o processo de ensino-aprendizagem em cursos superiores, sua natureza e especificidades - não tem sido a tônica das discussões nas universidades. Diante da histórica e enigmática trajetória da Educação Superior no Brasil, urge repensar um problema crucial: como contribuir para a evolução e melhoria de disciplinas que corroboram para a formação de futuros docentes nos cursos de licenciatura, na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza-CE?

A motivação pessoal pelo tema decorre de nossa prática docente como professora substituta da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino para os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, quando muitos questionamentos relativos à evasão discente, alto índice

de reprovação por frequência, prática docente e ao impacto social produzido ou não pelo conhecimento apreendido, emergiram e inquietaram-nos a buscar respostas, pois, no amplo e complexo processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário considerar o aluno, o professor, a escola, o objeto de ensino, as orientações metodológicas, as políticas públicas e, em alguns casos, a percepção dos alunos egressos, dentre outros aspectos.

Diante de fatores como os altos índices de reprovação por faltas, a ausência de motivação dos alunos frente à disciplina que, aparentemente, não oferece conteúdos de aplicação prática imediata, o preconceito generalizado de que a disciplina se limita ao estudo e reprodução das leis que regem o ensino e a forma como esta disciplina tem sido desenvolvida na prática e, por isso, julga-se necessário desenvolver uma reflexão acerca das disciplinas dessa área de estudo.

Nessa perspectiva, com base nos estudos de Saviane (2008), Libâneo (2003), Vieira e Albuquerque (2008), dentre outros, ressaltamos a importância de destacar a legislação da educação brasileira como ponto de partida, privilegiando a história das disciplinas que abordam a Estrutura e Funcionamento do Ensino, considerando inclusive aspectos etimológicos que servem de suporte para a denominação das disciplinas que integram obrigatoriamente o currículo básico para a formação de docentes no Brasil.

1. Reflexões sobre o significado dos termos: *Estrutura e Funcionamento*

Nas palavras de Vieira e Albuquerque (2008), é preciso saber que a palavra “estrutura” tem sua origem no latim *structura* e deriva do verbo *struere* que significa construir. Entretanto, as múltiplas análises sobre seu significado conferem-lhe uma natureza polissêmica. Nesse sentido, Saviane (1996) defende que tal significado deve ser definido de acordo com sua utilização. Assim, para melhor compreensão faz-se imprescindível considerar a articulação dos conceitos de estrutura e funcionamento, conforme salienta Silva (1999, p. 21), quando afirma:

[...] a estrutura e a função são provisórias, ainda que a função seja relativamente mais durável e a estrutura relativamente mais provisória; são contraditórias e como tal estão ligadas por uma relação indissolúvel e, por fim, são influenciadas pelos movimentos de transformação da realidade produzidos em determinados contextos.

Ainda segundo Vieira e Albuquerque (2008), é importante ressaltar que é preciso atenção para não confundir os termos “função” e “funcionamento”, pois, não possuem o

mesmo significado. Para tanto, é interessante observar a analogia proposta por Saviani (1996) quando estabelece uma comparação entre a Estrutura e o Funcionamento do Ensino e a Biologia, associando a “estrutura” do ensino à anatomia, visto que focaliza os diversos órgãos que constituem suas características básicas. Por sua vez, o “funcionamento” do ensino, se relaciona à fisiologia dado que enfatiza o modo como funcionam os diversos órgãos que constituem o ensino. Por isso, pode-se inferir que, sendo ambas provisórias, a estrutura e o funcionamento dizem respeito à organização do sistema escolar.

Considerando que tanto a estrutura quanto o funcionamento são mutáveis - e que a primeira possui um caráter determinante sobre a segunda, conclui-se que quando uma reforma educacional modifica a organização geral do ensino, possibilitando novas formas de acesso, de financiamento, dentre outros, pode-se dizer que esta é uma reforma estrutural. Esta, certamente, implicará mudanças no funcionamento do ensino, sabendo, porém, que diversas formas de funcionamento podem corresponder a uma mesma estrutura.

No entanto, na busca por ampliarmos a compreensão de um campo de estudos bastante complexo como é o da estrutura e funcionamento da educação. Nossa reflexão inicia-se por uma análise de como a educação foi concebida no passado uma vez que o presente é, de fato, resultado de uma construção histórica que determina circunstâncias próprias para a educação. Nesse sentido, é importante refletir sobre fatos passados, a fim de compreendermos algo que o hoje por si nem sempre se define.

2. Contexto histórico das disciplinas da área de *Estrutura e Funcionamento do Ensino*

Situada em um contexto histórico e social, a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino vem se desenhando na história dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas desde 1939, quando emerge uma preocupação com os aspectos legais e administrativos da escola, que na ocasião estavam agrupados na disciplina denominada *Administração Escolar*. Conforme Libâneo et al. (2003), somente mais tarde, precisamente em 1962, com o Parecer 292/62, do Conselho Federal de Educação (CFE) e na resolução que fixava as matérias pedagógicas dos cursos de licenciatura; implantou-se a disciplina *Elementos de Administração Escolar*, cujo objetivo era conduzir o futuro educador a conhecer a escola em que iria atuar, seus objetivos, sua estrutura e os principais aspectos do funcionamento, além de propiciar uma visão unitária do binômio escola-sociedade. Vale enfatizar que aliado ao Parecer 251/62 se acentua uma preocupação com o estudo do processo de ensino mais do que propriamente com a estrutura da escola.

Nesta perspectiva, a legislação do ensino estabelece, com precisão, o campo e a natureza das disciplinas que tratariam sobre a estrutura e o funcionamento do ensino. Estabelece-se que estas devem proporcionar, ao profissional do magistério, uma visão ampla do processo de ensino, afim de que este possa alocar-se no seu trabalho escolar de forma integrada, sistematizada e crítica.

Constata-se ainda hoje que, apesar das definições legais e do espaço proporcionado à disciplina pelo Parecer 672/69-CFE, na prática, o seu desenvolvimento ocorre de forma diferente, pois, o enfoque mais amplo, muitas vezes é substituído por um mais restrito que se limita discussões de estrutura do ensino. Isto é decorrente de movimentos ocorridos na sociedade brasileira que conduziram à adoção do paradigma funcionalista e que refletiram na educação brasileira, levando a predominância do aspecto tecnicista no ensino.

Por sua vez, Saviani (1987), compara a disciplina em evidência ao modelo biológico, onde a *estrutura* indica a anatomia do ensino (os órgãos que os constituem, suas características básicas) e *funcionamento*, sua fisiologia (o modo pelo qual funcionam os diversos órgãos que constituem o ensino). Quanto ao *sistema*, o referido autor traz uma problematização em torno do conceito de sistema educacional, o qual apresenta a existência do sistema educacional brasileiro como um instrumento para a unidade do comportamento humano e que, ao mesmo tempo, assinalam o seu caráter de subsistema em relação ao sistema social. Nessa perspectiva, o autor defende o conceito de sistema educacional "como um conjunto dinâmico, com seus elementos interagindo, incorporando contradições e se comportando, ao mesmo tempo, como condicionado e condicionante do contexto em que está inserido". (SAVIANI, 1987, p. 28).

Atualmente os currículos de pedagogia e das licenciaturas apresentam várias denominações, e segundo Libâneo *et al.* (2003), as mais comuns são: Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio; Legislação e Organização da Educação Básica (curso de Pedagogia e Licenciaturas), Didática e Prática de Ensino de Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio (curso de Pedagogia).

Libâneo (2003) defende que é possível desfazer a visão ingênua, acrítica, legalista, formal-idealista, reprodutora, parcializada e partidária do processo educativo, o que somente será possível, a partir de uma postura inovadora. Assumindo uma postura diferenciada, o autor acredita que o estudo da disciplina, se tornará mais fértil, dinâmico, investigativo e crítico-reflexivo, o que de certa maneira influenciaria para o progresso na concepção da disciplina, principalmente quanto às contribuições que as disciplinas da área de estrutura fornecem para formação de educadores.

Na concepção de Mendonça e Lellis (1988), com o desenrolar da história a disciplina foi deixando de enfatizar os aspectos estruturais e formais do ensino para centrar-se prioritariamente nas questões relacionadas ao funcionamento do sistema. Desta forma, a perspectiva legalista, descontextualizada e limitativa foi sendo modificada, a fim de privilegiar a discussão de alternativas para a reconstrução de escola e do sistema educacional brasileiro, que se desenvolveu de maneira diferenciada, de modo a atender as novas exigências desta sociedade que se constitui desde o imediato período pós-ditatorial e continua tomando novas formas até os dias atuais.

Nota-se que, em relação à disciplina em estudo, no seu decorrer histórico, partiu-se de uma visão tecnicista para uma ótica histórica-crítica, em que as políticas voltadas para a educação, nas esferas mundial, nacional, estadual e municipal, passaram a ser tratadas com maior seriedade e intensidade, uma vez que são essas políticas que norteiam, em grande parte, a legislação educacional, responsável por reger a escola e o ensino. Este entendimento possibilita uma reflexão dialética acerca da compreensão da organização escolar, especialmente no que se refere a relação teórica-prática.

Metodologia

Adotou-se a perspectiva de investigação quali-quantitativa, bibliográfica, documental e avaliativa, elegendo-se como ferramenta o Estudo de Caso. Buscou-se identificar a percepção dos graduandos quanto à importância das disciplinas da área em estudo para a formação profissional de futuros gestores escolares.

Universo e Amostra

O universo da pesquisa foi constituído por 167 estudantes matriculados em 12 diferentes cursos de Licenciaturas na Universidade Federal do Ceará. A amostra selecionada foi intencional, em conformidade com a natureza do estudo.

Coleta de dados e Procedimentos

Foram aplicados questionários individualmente nas salas de aula. A participação dos discentes foi mediada pelos professores da disciplina, viabilizando o encontro do pesquisador com os estudantes. No contato inicial com os sujeitos, foram apresentados o propósito e a pertinência da investigação, bem como a garantia de sigilo e anonimato dos dados obtidos.

Os procedimentos adotados foram sistemáticos; realizaram-se visitas às salas de aulas, quando houve a explicação dos objetivos e relevância da pesquisa para os professores e solicitação para a sua participação. No que concerne à aplicação do instrumento, a receptividade dos estudantes ocorreu de maneira satisfatória, principalmente após ouvirem os

propósitos da investigação. Receberam as devidas instruções através da apresentação das questões e informes quanto ao tempo de que dispunham para responder às questões, cerca de 15 minutos.

Tratamento e análise dos dados

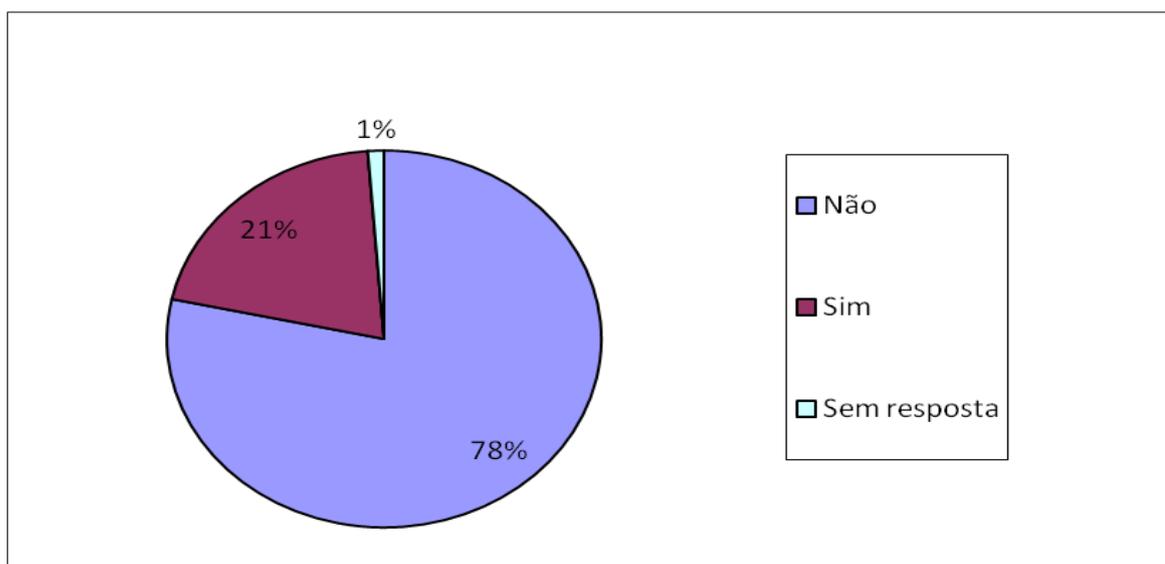
A análise métrica dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários implicou a construção de uma matriz das respostas dadas aos itens pelos sujeitos testados, utilizando o *software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, versão 11.0 para *Windows*. Comandos pertencentes ao *software* favoreceram a obtenção dos indicadores métricos, calculados a partir da análise de variância da matriz de respostas.

Para as questões subjetivas, foi efetivada uma análise de conteúdo, que dividiu o texto das respostas em categorias de sentido, conforme critérios de homogeneidade, exclusão mútua, pertinência, objetividade e exaustão (BOGDAN & BIKLEN, 1994).

Análise dos Dados

Após a coleta de dados, procederam-se as análises e os resultados revelaram a opinião dos estudantes quanto à importância das disciplinas da área de estrutura para a formação de futuros gestores educacionais, bem como, sua aplicabilidade. Assim, as informações que seguem adiante demonstram a relevância da avaliação de disciplinas, com vistas ao aprimoramento do ensino-aprendizagem

GRÁFICO 2: Respostas dos estudantes quanto ao seu conhecimento prévio relativo aos conteúdos a serem ministrados nas disciplinas da área de Estrutura e Funcionamento do Ensino.



Fonte: Da pesquisa

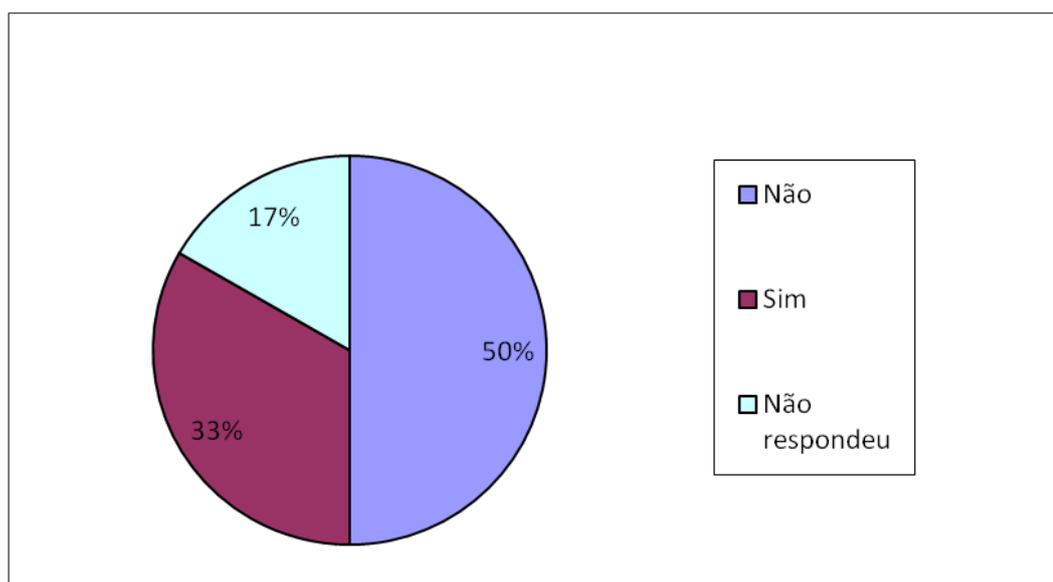
O Gráfico 2 revelou os resultados obtidos a partir da opinião dos estudantes, em que a maioria dos respondentes, cerca de 78% (n=130) dos respondentes afirma não ter conhecimento sobre os conteúdos ministrados, enquanto 21% (n=35) revela deter alguma informação e apenas 1% (n=2) optou por não responder.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, é resultante da análise do terceiro item do primeiro instrumental aplicado aos docentes buscou a opinião dos professores quanto a ideia que o aluno possui acerca do conteúdo apresentado pela disciplina antes de matricular-se, se estes sabem ou não o que será abordado e, caso positivo, que ideias são essas. Nesse sentido, é interessante notar as ideias de Rosenthal e Jacobson (1968), que abordam a respeito das possíveis consequências das expectativas de professores a respeito de seus alunos. Defendem que, quando os professores acreditam que seus alunos podem mostrar melhores resultados aprendizagem, suas expectativas funcionam como o que denominam de “profecia auto-realizadora”, ou seja, o que o professor acredita, poderá vir à existência.

Outro parecer interessante situa-se em torno das concepções de Freitas (2003), quando afirma:

[...]a parte mais dramática e relevante da avaliação se localiza aí, nos subterrâneos onde os juízos de valor ocorrem. Impenetráveis, eles regulam a relação professor aluno e vice-versa. Esse jogo de representações vai construindo imagens e auto-imagens que terminam interagindo com as decisões metodológicas do professor. Os professores, se não forem capacitados para tal, tendem a tratar os alunos conforme os juízos que vão fazendo deles. Aqui começa a ser jogado o destino dos alunos, para o sucesso ou para o fracasso (p.45).

GRÁFICO 3: Opinião docente quanto ao conhecimento prévio dos estudantes relativo aos conteúdos a serem ministrados nas disciplinas da área de Estrutura e Funcionamento do Ensino.



Percebeu-se que, na opinião de 50% (n=3) dos docentes, ao matricular-se, o discente não possui ideia consistente acerca do conteúdo a ser abordado nas disciplinas da área de estrutura e funcionamento do ensino. Esta opinião é expressa através das frases: a) *a maioria dos alunos matricula-se por ser uma disciplina obrigatória*; b) *penso que não refletem sobre o conteúdo antes de matricular-se, apenas após as primeiras aulas passam a pensar sobre o assunto*. Enquanto 33% (n=2) dos professores afirmam que estes já possuem algum conhecimento sobre o que estudarão nas disciplinas, conforme depoimentos: i) *sabem que estudarão sobre a legislação, organização escolar, gestão do sistema escolar e sobre o que eles chamam de siglas (PP,PDE,SAEB, etc)*, ii) *geralmente sabem através de outros colegas de curso que se trata de uma disciplina que trata sobre leis e organização do ensino básico*. 17% (n=1) dos sujeitos optou por não responder.

Faz-se necessário ainda a apresentação de informações complementares à análise do Gráfico 2. Dentre os aproximadamente 21% (n=34), informaram possuir determinados conhecimentos sobre os conteúdos ministrados nas disciplinas da área. Vale destacar alguns depoimentos dos alunos, decorrentes, muitas vezes, da percepção que detém a partir do próprio nome da disciplina ou até mesmo do que ouvem quando percorrem os corredores da faculdade sobre as disciplinas para as quais se matricularam à época desta pesquisa. As categorias foram selecionadas a partir da frequência com que eram citadas pelos estudantes. Dessa forma, apresenta-se no quadro 5, a seguir, opinião que se constatou ser comum aos estudantes quanto ao que conheciam acerca do conteúdo das referidas disciplinas. Em algumas vezes a forma de escrita apresentava-se diferente, porém, com a mesma essência. Vale ressaltar ainda que, em alguns momentos, depoimentos negativos foram expressos, os quais serão também registrados no quadro a seguir:

QUADRO 5: Conhecimentos prévios dos estudantes acerca dos conteúdos das disciplinas em estudo.

CATEGORIAS	Frequência dos depoimentos acerca de conhecimentos prévios existentes sobre os conteúdos das disciplinas.
Aborda as Leis da Educação (LDB) e Políticas Públicas voltadas para a educação.	16
Desnecessária ao curso; conteúdo desagradável e dispensável; ministrada de forma mecânica e prioriza a memorização; chata.	6
Versa sobre a Estrutura, Organização e Funcionamento do ensino no Brasil.	4
Trata sobre a História da Educação.	2
Importante para quem trabalhará com a Gestão Educacional.	2
Indispensável para quem vai fazer concursos públicos para a área da educação.	1

Fonte: da pesquisa

A categoria referente ao fato de que as disciplinas abordam sobre as Leis da Educação (LDB) e Políticas Públicas voltadas para a educação, aparece 16 vezes e revela que os estudantes possuem noção acerca do conteúdo geral abordado na disciplina, porém, mesmo assim, a análise da pesquisadora é que se trata de um conhecimento ainda superficial, já que não se abordam apenas as leis e políticas públicas no desenrolar dos conteúdos propostos pelas referidas disciplinas.

A segunda categoria merece destaque, pois ocupou a segunda maior frequência, tendo aparecido 6 (seis) vezes. Refere-se aos depoimentos negativos acerca das disciplinas avaliadas e salienta que estas, muitas vezes, são vistas como desnecessárias e desmotivantes, conforme os depoimentos em destaque:

S.14. Falavam que o professor era muito bom, mas era uma disciplina sem muita necessidade.

S.23. Os colegas [...] que já cursaram a disciplina comentaram, considerando-a desagradável e descontextualizada com a realidade da educação.

S.24. Outros que fizeram a disciplina disseram que era uma coisa técnica, desnecessária e meramente decorativo.

S.31. Que era um conteúdo entediante.

A terceira e quarta categorias referem-se ao entendimento de que o conteúdo das disciplinas em estudo versa sobre a Estrutura, Organização e Funcionamento do Ensino no Brasil e sobre a História da Educação no Brasil.

S.5. Assuntos abordados pelo próprio nome da disciplina, pois é evidente de que se trata.

S.8. Como se estrutura se organiza e como funciona a escola como um todo.

S.22. Sobre o funcionamento da Educação Básica e Superior.

S.25. Ouvi falar que aprenderíamos várias leis em relação a educação, eu tinha uma noção mínima que falaríamos sobre o Ensino Fundamental e Médio e sobre a História da Educação no Brasil.

A partir da análise das categorias anteriores percebeu-se que os respondentes demonstram certo conhecimento, ainda que muito inconsistente, sobre os propósitos da disciplina, visto que, de forma geral associam os nomes das disciplinas aos possíveis conteúdos a serem abordados.

A quinta categoria suscita um aspecto que se considerou relevante, uma vez que ressalta a importância conferida à disciplina por sua importância para a preparação dos estudantes para aprovação em concursos públicos na área da educação. Este dado nos chamou a atenção, tendo em vista que não se trata dos propósitos da disciplina, entretanto, é uma variável interessante, uma vez que, realmente os conteúdos abordados são essenciais a prática profissional do educador.

Na sexta e última categoria se enquadraram comentários que nem sempre se referem aos conteúdos propostos, mas que merecem atenção uma vez que demonstram a inconsistência nas informações fornecidas pelos estudantes que dizem deter certo conhecimento sobre os conteúdos das disciplinas em estudo:

S.12. É uma disciplina parecida com a de didática.

S.37. Soube por intermédio de uma amiga que a disciplina era muito boa, pois era relacionada ao ensino.

Por fim, as duas últimas questões do instrumento aplicado são predominantemente qualitativas, por isso, são analisadas separadamente, a seguir, juntamente ao item 5 do instrumento, por tratar-se de uma questão aberta, necessitando também de uma análise de conteúdo.

Demo (1999) sintetiza com propriedade a análise de conteúdo quando enfoca que esta não se refere ao conteúdo de um discurso e sim, a conteúdos de prática, deixando em segundo plano a roupagem formal da elaboração discursiva. O autor defende ser esta componente importante da avaliação qualitativa, embora cercada por mitos correntes.

A análise de conteúdo [...] deve alcançar o desenvolvimento do processo participativo sob a avaliação. Não há fórmula, por maior que seja a tentação formalizante de prender tudo a formas estáticas e repetitivas [...]. Nesse sentido, é fundamental a disciplina de campo, no sentido da coleta ordenada, minuciosa, limpa, para não se confundir infantilmente bagunça com criatividade. (DEMO, 1999, p.67).

Parte das questões sob análise foram subjetivas e, portanto, necessitaram de uma análise qualitativa. Assim, a fim de viabilizá-la, o discurso dos discentes foi organizado em categoria de sentidos, que constituem um meio de classificar os dados descritivos recolhidos. No quarto item do instrumento buscou-se realizar, entre os respondentes, um levantamento das expectativas dos estudantes a respeito das aulas que viriam a ser ministradas naquele período letivo para o qual haviam se matriculado. As respostas foram diversas e alguns estudantes fizeram mais de uma observação, por isso optou-se por categorizar os dados para melhor viabilização dessa análise. Foram estabelecidas 3 grandes grupos (A,B e C), todos para explicitar a opinião dos discentes, tendo em vista que as respostas foram dadas de maneira a considerar o posicionamento das respostas. Por exemplo, no grupo A aparecem as categorias que foram citadas em primeiro lugar nos discursos dos respondentes, no grupo B, surgem sub-categorias citadas em segundo lugar nos discursos, e no grupo C, foram

registradas as observações citadas em último lugar, todas as respostas foram geradas e categorizadas, partindo das respostas dos estudantes.

Conclusão

Posto isto, faz-se indispensável compreender que as disciplinas que compreendem a área de Estrutura e Funcionamento da Educação, precisam trabalhar com a legislação, porém, de forma não mitificada. Devem ser vistas como um campo para a discussão sobre os embates sociais, constituído principalmente por avanços e retrocessos que delimitam as possibilidades político-pedagógicas dos profissionais da educação, neste caso, focar a formação do gestor educacional constitui-se uma inovação a ser considerada.

Nesse sentido, apresenta-se o desafio de redimensionar as disciplinas de forma que estas possam servir de base para a compreensão das relações entre as rápidas e profundas mudanças que atravessam as sociedades modernas. Tal redimensionamento deve possibilitar o apoio necessário à compreensão do interrelacionamento entre os sistemas educacionais; a atitude crítica frente a realidade e o desenvolvimento da capacidade de criação e decisão, com vistas à transformações na atual estrutura e funcionamento da realidade educacional constatada a partir do processo organizacional das escolas de educação básica e principalmente da modificação para melhor dos resultados de aprendizagem através de uma gestão de qualidade.

Constata-se, portanto, que professores e estudantes universitários em geral estão submetidos às mudanças no campo educacional, a diferentes metodologias de ensino, bem como às distintas formas de avaliação. Porém, dentre estes, ainda se mostra insuficiente o número daqueles que se dispõem a parar para discutir, refletir e analisar as implicações, por exemplo, da formação recebida através das disciplinas da área de Estrutura e Funcionamento do Ensino para a prática profissional, ou ainda, sobre como a dinâmica de desenvolvimento de determinada disciplina contribuirá para aprendizagens significativas para a prática profissional, dentre outros.

Tendo em vista que a universidade desempenha um papel gerador e disseminador de conhecimento, vale ressaltar que sua relação com o setor produtivo se apóia na busca da promoção do desenvolvimento econômico e social. Segundo Kunz (1999), a universidade possui como principal meta a formação do cidadão a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica que favoreça o desenvolvimento humano, contribuindo para o bem-estar

da sociedade e para o bom funcionamento das relações sociais, bem como, para a reflexão dos valores éticos e morais.

Bibliografia

BOGDAN, C.; BLINKEN, R.E.; SARI, K. **Investigação qualitativa em educação** – Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora: Coleção Ciências da Educação, 1994.

DEMO, P. **Pesquisa e Construção do Conhecimento** - Metodologia científica no caminho de Habermas. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2a ed. 1999.

KUNZ, I. Modalidades distintas na relação universidade/ empresa e suas características específicas no Brasil. In: **1º Concurso de monografia sobre a relação universidade empresa**. Curitiba: IPARDES, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDONÇA, A.W.; P. C. LELLIS, Isabel Alice O. **Da estrutura do ensino à educação brasileira**: reflexões sobre uma prática. Educação e sociedade. v. 10, n. 29. Campinas: 1988, p. 122-129.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, S. L. e ALBUQUERQUE; M. M. G. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Coleção Magister. Edições Demócrito Rocha, Ed. UECE. Fortaleza, 2008.